

Demonstrações Financeiras Intermediárias

Companhia de Concessão Rodoviária Juiz de Fora - Rio S.A. - CON CER

30 de junho de 2013
com Relatório de Revisão dos Auditores Independentes
sobre as Demonstrações Financeiras Intermediárias

Companhia de Concessão Rodoviária Juiz de Fora - Rio - CON CER

Demonstrações financeiras Intermediárias

30 de junho de 2013

Índice

Relatório de revisão dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras intermediárias	1
Demonstrações financeiras intermediárias	
Balancos patrimoniais.....	3
Demonstrações dos resultados.....	5
Demonstrações dos resultados abrangentes	6
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	7
Demonstrações dos fluxos de caixa.....	8
Demonstrações do valor adicionado	9
Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias.....	10

Relatório de revisão dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras intermediárias

Aos
Administradores e Acionistas da
Companhia de Concessão Rodoviária Juiz de Fora - Rio S.A. - CONCER
Duque de Caxias - RJ

Introdução

Revisamos o balanço patrimonial da Companhia de Concessão Rodoviária Juiz de Fora - Rio S.A. - CONCER (“Companhia”) em 30 de junho de 2013 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo naquela data, incluindo o resumo das práticas contábeis significativas e demais notas explicativas.

A Administração é responsável pela elaboração e apresentação dessas informações intermediárias de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão. Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações intermediárias não apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia, em 30 de junho de 2013, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Outros assuntos

Informações intermediárias do valor adicionado

Revisamos, também, as informações intermediárias do valor adicionado (DVA), preparadas sob a responsabilidade da administração da Companhia referentes ao semestre findo em 30 de junho de 2013, cuja apresentação não é requerida pela legislação societária brasileira para companhias de capital fechado. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

Rio de Janeiro, 01 de agosto de 2013.

ERNST & YOUNG TERCO
Auditores Independentes S.S.
CRC - 2SP 015.199/O-6 - F - RJ



Gláucio Dutra da Silva
Contador CRC - 1RJ 090.174/O-4

Companhia de Concessão Rodoviária Juiz de Fora - Rio - CON CER

Balanços patrimoniais
30 de junho de 2013 e 31 de dezembro de 2012
(Em milhares de reais)

	<u>Nota</u>	<u>30/06/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
Ativo			
Ativo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	2.596	3.731
Contas a receber	5	19.644	17.836
Adiantamentos a empregados		176	112
Adiantamentos a fornecedores		859	608
Impostos a recuperar		178	176
Créditos diversos		243	213
Despesas antecipadas		2.854	178
Total do ativo circulante		<u>26.550</u>	<u>22.854</u>
Ativo não circulante			
Depósitos bancários vinculados	7	-	1.661
Depósitos judiciais		963	758
Outros créditos		46	46
Intangível	6	662.123	643.405
		<u>663.132</u>	<u>645.870</u>
Total do ativo		<u>689.682</u>	<u>668.724</u>

	Nota	30/06/2013	31/12/2012
Passivo			
Circulante			
Fornecedores		5.399	7.131
Partes relacionadas	8	4.565	1.616
Empréstimos e financiamentos	7	170.831	83.581
Salários, provisões e encargos sociais		2.507	1.652
Impostos, taxas e contribuições a recolher	9.1	4.321	8.787
Parcelamento débitos tributários	9.2	3.529	3.615
Adiantamento de clientes		547	554
<i>Leasing</i> a pagar		475	371
Dividendos a pagar	13	20.002	316
Seguros a pagar		874	21
Verba de fiscalização a pagar		367	367
Provisão para manutenção	11	598	598
Receitas diferidas	10	1.749	2.435
Outras obrigações		179	85
Total do passivo circulante		215.943	111.129
Não circulante			
Empréstimos e financiamentos	7	6.087	6.932
Parcelamento débitos tributários	9.2	2.374	4.046
Imposto de renda e contribuição social diferidos	14	103.814	109.254
Provisões para obrigações legais vinculadas a processos judiciais	17	147	162
Receitas diferidas	10	7.761	8.440
<i>Leasing</i> a pagar		762	675
Total do passivo não circulante		120.945	129.509
Patrimônio líquido			
Capital social	12	96.163	96.163
Ajuste de avaliação patrimonial		179.950	191.593
Reserva de lucros		50.644	140.330
Lucros acumulados		26.037	-
Total do patrimônio líquido		352.794	428.086
Total do passivo		689.682	668.724

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

Companhia de Concessão Rodoviária Juiz de Fora - Rio - CON CER

Demonstrações dos resultados

Semestres findos em 30 de junho de 2013 e 2012

(Em milhares de reais, exceto o lucro líquido por lote de mil ações)

	Nota	30/06/2013	30/06/2012
Receita operacional líquida	18	151.451	130.014
Custo dos serviços prestados	19	(118.020)	(90.520)
Lucro bruto		33.431	39.494
Receitas (despesas) operacionais			
Gerais e administrativas		(8.697)	(7.610)
Amortização		(1.761)	(1.278)
Despesas com pessoal		(5.377)	(4.577)
Outras receitas operacionais, líquidas	23	13.015	133
Total das despesas operacionais		(2.820)	(13.332)
Lucro operacional antes do resultado financeiro		30.611	26.162
Resultado financeiro			
Receitas financeiras		166	237
Despesas financeiras		(8.954)	(8.409)
	20	(8.788)	(8.172)
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social		21.823	17.990
Imposto de renda e contribuição social			
Corrente		(12.869)	(11.295)
Diferido		5.440	5.119
	14	(7.429)	(6.176)
Lucro líquido do período		14.394	11.814
Quantidade de ações (lotes de mil)		7.190	7.190
Lucro por ação - R\$		2,00	1,65

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

Companhia de Concessão Rodoviária Juiz de Fora - Rio - CON CER

Demonstrações dos resultados abrangentes
Semestres findos em 30 de junho de 2013 e 2012
(Em milhares de reais)

	<u>30/06/2013</u>	<u>30/06/2012</u>
Lucro líquido do período	<u>14.394</u>	<u>11.814</u>
Outros resultados abrangentes	<u>-</u>	<u>-</u>
Total dos resultados abrangentes do período	<u>14.394</u>	<u>11.814</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

Companhia de Concessão Rodoviária Juiz de Fora - Rio - CON CER

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
 Períodos findos em 30 de junho de 2013 e 2012
 (Em milhares de reais)

	Capital social	Reservas de lucros			Lucros acumulados	Ajuste avaliação patrimonial	Patrimônio líquido	
		Estatutária	Legal	Lucros Total				
Saldos em 31 de dezembro de 2011	96.163	518	5.183	143.069	148.770	-	191.982	436.915
Lucro líquido do período	-	-	-	-	-	11.814	-	11.814
Dividendos pagos	-	-	-	(11.749)	(11.749)	-	-	(11.749)
Dividendo mínimo obrigatório	-	-	-	-	-	-	-	-
Constituição das reservas	-	-	-	-	-	-	-	-
Realização da reserva de reavaliação	-	-	-	-	-	17.642	(17.642)	-
Saldos em 30 de junho de 2012	96.163	518	5.183	131.320	137.021	29.456	174.340	436.980
Saldos em 31 de dezembro de 2012	96.163	684	6.852	132.794	140.330	-	191.593	428.086
Lucro líquido do período	-	-	-	-	-	14.394	-	14.394
Dividendos propostos (Nota 13)	-	-	-	(89.686)	(89.686)	-	-	(89.686)
Constituição das reservas	-	-	-	-	-	-	-	-
Realização da reserva de reavaliação	-	-	-	-	-	11.643	(11.643)	-
Saldos em 30 de junho de 2013	96.163	684	6.852	43.108	50.644	26.037	179.950	352.794

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

Companhia de Concessão Rodoviária Juiz de Fora - Rio - CON CER

Demonstrações dos fluxos de caixa
Semestres findos em 30 de junho de 2013 e 2012
(Em milhares de reais)

	<u>30/06/2013</u>	<u>30/06/2012</u>
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Lucro do período antes do imposto de renda e contribuição social	21.823	17.990
Ajustes para conciliar o resultado ao caixa gerado pelas atividades operacionais		
Amortização	38.640	33.463
Ganhos na alienação de bens do intangível	(11)	(133)
Variações monetárias de empréstimos e financiamentos/ parcelamentos	5.379	3.816
Provisão para contingências, líquidas de baixas e reversões	(15)	(56)
Varição em ativos e passivos operacionais		
(Aumento) diminuição dos ativos		
Contas a receber de clientes	(1.808)	(223)
Impostos a recuperar	(2)	(10)
Despesas antecipadas	(2.677)	(1.019)
Partes relacionadas	(13.754)	-
Outros valores a receber	(552)	180
Aumento (diminuição) dos passivos		
Fornecedores	(1.732)	(5.715)
Contas a pagar empresas ligadas	2.949	(1.578)
Obrigações sociais e trabalhistas	855	126
Impostos, taxas e contribuições	(2.392)	(1.943)
Adiantamentos de clientes e outras contas a pagar	940	965
Receitas diferidas	(1.365)	(113)
Outras atividades operacionais		
Juros e remunerações pagas sobre empréstimos	(2.507)	(3.409)
Pagamento de IRPJ e CSLL correntes	(16.840)	(14.731)
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	26.931	27.610
Fluxos de caixa das atividades de investimento		
Alienação/baixa de intangível	27	183
Aquisição de bens do intangível	(43.615)	(25.377)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	(43.588)	(25.194)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		
Dividendos pagos	(70.000)	(6.000)
Depósitos bancários vinculados	1.661	(51)
Captações através de empréstimos, financiamentos e notas promissórias	133.792	11.395
Pagamentos de empréstimos, financiamentos e notas promissórias	(49.931)	(6.195)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	15.522	(851)
Aumento (redução) do caixa e equivalentes de caixa	(1.135)	1.565
Caixa e equivalentes de caixa		
No início do período	3.731	2.687
No fim do período	2.596	4.252
Aumento (redução) do caixa e equivalentes de caixa	(1.135)	1.565

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

Companhia de Concessão Rodoviária Juiz de Fora - Rio - CON CER

Demonstrações do valor adicionado
Semestres findos em 30 de junho de 2013 e 2012
(Em milhares de reais)

	30/06/2013	30/06/2012
Receitas	192.591	158.047
Receitas de pedágio	117.340	114.958
Receitas de construção	42.264	23.102
Outras receitas	32.987	19.987
Insumos adquiridos de terceiros	(82.889)	(60.649)
Custo dos serviços prestados	(6.863)	(4.851)
Custo de construção	(42.264)	(23.102)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(33.762)	(32.696)
Valor adicionado bruto	109.702	97.398
Amortização	(38.640)	(33.464)
Valor adicionado líquido produzido pela entidade	71.062	63.934
Valor adicionado recebido em transferência	166	237
Receitas financeiras	166	237
Valor adicionado total a distribuir	71.228	64.171
Distribuição do valor adicionado	71.228	64.171
Remuneração do trabalho (salários e encargos)	9.810	8.094
Remuneração do governo (impostos, taxas e contribuições)	26.195	17.952
Remuneração do capital de terceiros (juros e aluguéis)	9.185	8.670
Remuneração do capital próprio (dividendos e lucros retidos)	26.038	29.455

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

Companhia de Concessão Rodoviária Juiz de Fora - Rio - CON CER

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias

30 de junho de 2013

(Em milhares de reais - R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

1. Informações sobre a Companhia

A Companhia foi constituída em 16 de outubro de 1995, sob a denominação de Companhia de Concessão Rodoviária Juiz de Fora - RIO (“Concer” ou “Companhia”), tendo como objeto social a recuperação, o reforço, a monitoração, o melhoramento, a manutenção, a conservação, a operação e a exploração da Rodovia BR-040/MG/RJ, trecho Juiz de Fora - Petrópolis - Rio de Janeiro (Trevo das Missões) e os respectivos acessos, durante o prazo de 25 anos, contados a partir de 01 de março de 1996, data da transferência do controle da rodovia para a concessionária. A sede social da Companhia está localizada na Rodovia Washington Luiz, 13.892 - Jardim Primavera - Duque de Caxias - Rio de Janeiro - RJ.

É vedado à Companhia praticar quaisquer atos estranhos a seu objeto social, salvo com expressa autorização da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), instituída pela Lei nº 10.233, de 05 de junho de 2001, regulamentada pelo Decreto nº 4.130, de 13 de fevereiro de 2002, que substituiu o Departamento Nacional de Estradas de Rodagem (DNER).

O regime jurídico do contrato de concessão confere à ANTT a prerrogativa de alterá-lo, unilateralmente, para melhor adequação às finalidades de interesse público, rescindi-lo, fiscalizar-lhe a execução e aplicar sanções motivadas pela sua inexecução parcial ou total, sendo que as cláusulas econômico-financeiras do contrato de concessão não poderão ser alteradas sem prévia concordância da concessionária.

A concessão de exploração da rodovia extingue-se por advento do termo contratual, encampação, caducidade, rescisão, anulação, falência ou extinção da concessionária.

Extinta a concessão, reverterem à ANTT todos os bens transferidos para a administração da concessionária, os bens reversíveis incorporados à rodovia durante a concessão e os direitos e privilégios decorrentes da concessão, livres e desembaraçados de quaisquer ônus ou encargos, inclusive sociais trabalhistas e cessam, para a concessionária, todos os direitos emergentes do contrato. Em caso de extinção, a concessionária será indenizada pelo valor contábil dos investimentos incorporados à concessão.

Companhia de Concessão Rodoviária Juiz de Fora - Rio - CON CER

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias--Continuação

30 de junho de 2013

(Em milhares de reais - R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

1. Informações sobre a Companhia--Continuação

A principal fonte de receita é a arrecadação da tarifa de pedágio, que é reajustada anualmente. Todavia, em razão da peculiaridade do serviço prestado, são facultadas outras fontes de receitas, sejam elas direta ou indiretamente provenientes de atividades vinculadas à exploração da rodovia, das suas faixas marginais, acessos ou áreas de serviços e lazer, inclusive as decorrentes de publicidades e multas por excesso de peso. A exploração destas fontes depende de prévia autorização da ANTT.

Em 30 de junho de 2013, a Companhia apresenta capital circulante líquido negativo no montante de R\$175.639 (R\$88.275 em 31 de dezembro de 2012), em decorrência de empréstimos e financiamentos obtidos para fazer face aos compromissos assumidos, que demandam a realização de novos investimentos na rodovia. Tal situação foi parcialmente equalizada pela companhia através da captação de notas promissórias para liquidação do financiamento com o BNDES e após com a emissão de debêntures efetuadas em 12 de julho de 2013 (vide Nota 24). Os recursos captados na emissão das debêntures foram parcialmente aplicados na liquidação de capital de giro e no pagamento das Notas Promissórias (Nota 7), que foram integralmente liquidadas em 15 de julho de 2013. Após estes eventos a Companhia alongou o perfil de sua dívida para o longo prazo.

Sazonalidade da operação

O resultado operacional da Companhia é afetado pelo número e classes de veículos pedagiados, isto é, veículos comerciais e de passeio, que são impactados sensivelmente pela situação econômica regional e nacional, pelo o “efeito calendário”, pois reflete a quantidade de dias úteis e/ou feriados em um determinado período de tempo com seu consequente reflexo no número de eixos-equivalentes no tráfego consolidado.

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras intermediárias

A Administração da Companhia autorizou a conclusão da elaboração das demonstrações financeiras intermediárias em 01 de agosto de 2013.

Companhia de Concessão Rodoviária Juiz de Fora - Rio - CON CER

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias--Continuação

30 de junho de 2013

(Em milhares de reais - R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras intermediárias--Continuação

As demonstrações financeiras intermediárias da Companhia foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais incluem as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações e normas e procedimentos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

A Companhia adotou os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo CPC que estavam em vigor em 30 de junho de 2013. As demonstrações financeiras intermediárias foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor.

As demonstrações financeiras intermediárias foram elaboradas com base em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras intermediárias foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras intermediárias. Itens significativos sujeitos à estimativas incluem: a seleção de vidas úteis do ativo intangível e de sua recuperabilidade nas operações, análise do risco de crédito para determinação da provisão para devedores duvidosos, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras intermediárias devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas e premissas pelo menos trimestralmente.

As demonstrações financeiras intermediárias estão sendo apresentadas em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma, inclusive nas notas explicativas.

Companhia de Concessão Rodoviária Juiz de Fora - Rio - CON CER

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias--Continuação

30 de junho de 2013

(Em milhares de reais - R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras intermediárias--Continuação

2.1. Conversão de saldos denominados em moeda estrangeira

A moeda funcional da Companhia é o Real, mesma moeda de preparação e apresentação de suas demonstrações financeiras intermediárias.

As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data da transação. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são reconvertidos à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data do balanço. Todas as diferenças são registradas na demonstração do resultado.

Em 30 de junho de 2013 e 2012, a Companhia não possuía nenhum saldo denominado em moeda estrangeira.

2.2. Reconhecimento de receita

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas. Os critérios específicos, a seguir, devem também ser satisfeitos antes de haver reconhecimento de receita:

Receita de pedágio

As receitas de pedágio, incluindo as receitas com cartões de pedágio e pós-pagos, são registradas no resultado quando da passagem do usuário pela praça de pedágio.

Receita de construção

Pelos termos do contrato de concessão, a Concessionária deve construir e/ou melhorar a infraestrutura das rodovias que opera. Conforme requerido pelo ICPC01 (R1) - Contratos de Concessão, as receitas relativas ao serviço de construção prestado devem ser mensuradas e registradas pela Companhia em contrapartida ao ativo intangível de concessão.

Companhia de Concessão Rodoviária Juiz de Fora - Rio - CON CER

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias--Continuação

30 de junho de 2013

(Em milhares de reais - R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras intermediárias--Continuação

2.2. Reconhecimento de receita--Continuação

Receita de construção--Continuação

Os custos dos contratos são reconhecidos na demonstração do resultado, como custo dos serviços prestados, quando incorridos. Todos os custos diretamente atribuíveis aos contratos são considerados para mensuração da receita.

Receitas acessórias

Correspondem às receitas decorrentes de contratos de permissão de uso de faixa de domínio da rodovia por terceiros e são reconhecidos na conta de receitas acessórias na demonstração de resultado da Companhia.

Receita de juros

Para todos os instrumentos financeiros avaliados ao custo amortizado e ativos financeiros que rendem juros, a receita ou despesa financeira é contabilizada utilizando-se a taxa de juros efetiva, que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados de caixa ao longo da vida estimada do instrumento financeiro ou em um período de tempo mais curto, quando aplicável, ao valor contábil líquido do ativo ou passivo financeiro. A receita de juros é incluída na rubrica receita financeira, na demonstração do resultado.

2.3. Impostos

Imposto de renda e contribuição social correntes

Ativos e passivos tributários correntes do último exercício e de anos anteriores são mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar para as autoridades fiscais. As alíquotas de imposto e as leis tributárias usadas para calcular o montante são aquelas que estão em vigor ou substancialmente em vigor na data do balanço.

Companhia de Concessão Rodoviária Juiz de Fora - Rio - CON CER

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias--Continuação

30 de junho de 2013

(Em milhares de reais - R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras intermediárias--Continuação

2.3. Impostos--Continuação

Imposto de renda e contribuição social diferidos

Impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributários não utilizados, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributários não utilizados possam ser utilizados.

O valor contábil dos impostos diferidos ativos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado. Impostos diferidos ativos baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributáveis futuros permitirão que os ativos tributários diferidos sejam recuperados.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados pela taxa de imposto que se espera ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.

Imposto diferido relacionado a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido também é reconhecido no patrimônio líquido, e não na demonstração do resultado. Itens de imposto diferido são reconhecidos de acordo com a transação que originou o imposto diferido, no resultado abrangente ou diretamente no patrimônio líquido.

Impostos diferidos ativos e passivos são apresentados líquidos se existe um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal e os impostos diferidos são relacionados à mesma entidade tributada e sujeitos à mesma autoridade tributária.

Companhia de Concessão Rodoviária Juiz de Fora - Rio - CON CER

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias--Continuação

30 de junho de 2013

(Em milhares de reais - R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras intermediárias--Continuação

2.3. Impostos--Continuação

Tributação

As receitas brutas de serviços estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

Nome do tributo	Sigla	Alíquota	
		Receitas com pedágio	Demais receitas
Contribuição para o Programa de Integração Social	PIS	0,65%	1,65%
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social	COFINS	3,00%	7,60%
Imposto sobre serviço de qualquer natureza	ISS	5,00%	5,00%

A Companhia adota o regime híbrido de apuração de PIS e COFINS sendo tais encargos apresentados como deduções de receita bruta juntamente com o ISS. Na demonstração de resultado as receitas são apresentadas pelos saldos líquidos dos impostos mencionados acima.

A tributação sobre o lucro do período compreende o Imposto de Renda Pessoa Jurídica ("IRPJ") e a Contribuição Social Sobre Lucro Líquido ("CSLL"), compreendendo o imposto corrente e o diferido, que são calculados com base nos resultados tributáveis (lucro contábil ajustado), às alíquotas vigentes nas datas dos balanços, sendo elas: (i) Imposto de renda - calculado à alíquota de 25% sobre o lucro contábil ajustado (15% sobre o lucro tributável, acrescido do adicional de 10% para os lucros que excederem R\$ 240, no período de 12 meses); (ii) Contribuição social - calculada à alíquota de 9% sobre o lucro contábil ajustado. As inclusões ao lucro contábil de despesas temporariamente não dedutíveis, ou exclusões de receitas temporariamente não tributáveis, consideradas para apuração do lucro tributável corrente geram créditos ou débitos tributários diferidos.

Para fins de apuração do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido do período findo em 30 de junho de 2013 e 2012, a Companhia utilizou das prerrogativas definidas no RTT.

Companhia de Concessão Rodoviária Juiz de Fora - Rio - CON CER

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias--Continuação

30 de junho de 2013

(Em milhares de reais - R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras intermediárias--Continuação

2.3. Impostos--Continuação

Tributação--Continuação

Os impostos diferidos ativos são decorrentes de diferenças temporárias, foram constituídos em conformidade com o Pronunciamento Técnico CPC 32 - Tributos sobre o lucro - que foi emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis e levaram em consideração a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, fundamentada em estudo técnico de viabilidade, aprovado pela Administração.

As antecipações ou valores passíveis de compensação são demonstrados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização.

2.4. Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros somente são reconhecidos a partir da data em que a Companhia se torna parte das disposições contratuais dos instrumentos financeiros. Quando reconhecidos, são inicialmente registrados ao seu valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, exceto no caso de ativos e passivos financeiros classificados na categoria ao valor justo por meio do resultado, onde tais custos são diretamente lançados no resultado do período. Sua mensuração subsequente ocorre a cada data de balanço de acordo com as regras estabelecidas para cada tipo de classificação de ativos e passivos financeiros.

Os principais ativos financeiros reconhecidos pela Companhia são caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes e outras contas a receber, empréstimos cedidos e outros recebíveis, enquanto que os principais passivos financeiros são contas a pagar a fornecedores, outras contas a pagar e empréstimos e financiamentos.

2.5. Contas a receber

As contas a receber estão apresentadas pelo valor de realização.

Companhia de Concessão Rodoviária Juiz de Fora - Rio - CON CER

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias--Continuação

30 de junho de 2013

(Em milhares de reais - R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras intermediárias--Continuação

2.6. Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras intermediárias tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita.

Em 30 de junho de 2013 e 31 de dezembro de 2012, a Companhia não possuía nenhum ativo e/ou passivo sujeito a ajuste a valor presente.

2.7. Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são inicialmente reconhecidos a valor justo, acrescido do custo da transação diretamente relacionado. São mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos.

Custos de empréstimos diretamente relacionados com a aquisição, construção ou produção de um ativo que necessariamente requer um tempo significativo para ser concluído para fins de uso ou venda são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de empréstimos são registrados em despesa no período em que são incorridos. Custos de empréstimo compreendem juros e outros custos incorridos por uma entidade relativos ao empréstimo. Os juros não foram capitalizados, visto que as obras efetuadas pela Companhia atualmente não paralisam o andamento das operações, ou seja, a Companhia continua gerando receita, mesmo quando realizando obras na rodovia.

Companhia de Concessão Rodoviária Juiz de Fora - Rio - CON CER

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias--Continuação

30 de junho de 2013

(Em milhares de reais - R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras intermediárias--Continuação

2.8. Ativos intangíveis

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável.

Os ativos relacionados à concessão pública são reconhecidos quando o operador recebe o direito de cobrar um valor dos usuários pelo serviço público prestado.

Nesta circunstância, a receita da concessionária está condicionada ao uso do ativo e a concessionária é detentora do risco de que o fluxo de caixa gerado pelos usuários do serviço não seja suficiente para recuperar o investimento. A concessionária não tem o direito contratual de receber caixa se houver falta de uso do ativo (rodovias) pelos usuários, mesmo quando o retorno da concessionária tenha um risco muito baixo.

As construções efetuadas durante a concessão são entregues ao poder concedente em contrapartida de ativos intangíveis representando o direito de cobrar dos usuários pelo serviço público a ser prestado, e a receita é oriunda do serviço prestado aos usuários.

O critério definido para amortização do ativo intangível é com base na curva de tráfego projetada até o final do prazo de concessão, desta forma, entende-se que a receita e a amortização do intangível estão alinhadas pelo prazo de concessão.

Os gastos incorridos com manutenção e reparo são capitalizados somente se os benefícios econômicos associados a esses itens forem prováveis e os valores mensurados de forma confiável, enquanto que os demais gastos são registrados diretamente no resultado quando incorridos.

Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo.

Companhia de Concessão Rodoviária Juiz de Fora - Rio - CON CER

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias--Continuação

30 de junho de 2013

(Em milhares de reais - R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras intermediárias--Continuação

2.9. Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

A administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

Nas datas dos balanços não foram identificados fatores que indicassem a necessidade de constituição de provisão para o valor recuperável de ativos.

2.10. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem os saldos de caixa, bancos conta movimento, aplicações financeiras e valores em trânsito referentes a arrecadação das praças de pedágio e aplicações financeiras. As aplicações financeiras resgatáveis são de liquidez imediata, apresentadas como equivalentes de caixa e correspondem aos valores aplicados acrescidos dos rendimentos até a data do balanço.

Companhia de Concessão Rodoviária Juiz de Fora - Rio - CON CER

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias--Continuação

30 de junho de 2013

(Em milhares de reais - R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras intermediárias--Continuação

2.11. Outros ativos e passivos

Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses. Caso contrário são demonstrados como não circulantes.

2.12. Provisões

Geral

Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo.

A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

Companhia de Concessão Rodoviária Juiz de Fora - Rio - CON CER

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias--Continuação

30 de junho de 2013

(Em milhares de reais - R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras intermediárias--Continuação

2.12. Provisões--Continuação

Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Companhia é parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

2.13. Contratos de concessão - ICPC 01 (R1)

A Companhia contabiliza os contratos de concessão conforme a Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão emitida pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que especifica as condições a serem atendidas em conjunto para que as concessões públicas estejam inseridas em seu alcance. A infraestrutura dentro do alcance da ICPC 01 (R1) não é registrada como ativo imobilizado da concessionária porque o contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. É prevista apenas a cessão de posse desses bens para prestação de serviços públicos, sendo eles revertidos ao poder concedente ao término do contrato de concessão. O concessionário tem acesso apenas para operar a infraestrutura para prestação dos serviços públicos em nome do poder concedente nos termos do contrato de concessão, atuando como prestador de serviço durante determinado prazo. O concessionário reconhece um intangível à medida que recebe autorização (direito) de cobrar dos usuários do serviço público e não possui direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do poder concedente.

A amortização do direito de exploração da infraestrutura é reconhecida no resultado do exercício de acordo com o prazo dos respectivos contratos de concessão.

Companhia de Concessão Rodoviária Juiz de Fora - Rio - CON CER

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias--Continuação

30 de junho de 2013

(Em milhares de reais - R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras intermediárias--Continuação

2.14. Demonstrações dos fluxos de caixa e do valor adicionado

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com o pronunciamento contábil CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). A demonstração de valor adicionado foi elaborada de acordo com o CPC 09 - Demonstração do valor adicionado - é apresentada como informação suplementar.

2.15. Segmentos

A companhia não possui diferentes segmentos de negócios e administra o resultado das operações com base na estrutura da demonstração de resultados. Desta forma, não está sendo apresentada qualquer informação por segmento.

2.16. Lucro por ação

O cálculo básico do lucro por ação é feito através da divisão do lucro líquido do período pela quantidade de ações ordinárias e preferenciais disponíveis durante o período conforme pronunciamento técnico CPC 41 - Resultado por ação.

2.17. Novos pronunciamentos contábeis

Alguns procedimentos técnicos e interpretações emitidas pelo CPC foram revisados e têm a sua adoção obrigatória para o período iniciado em 01 de janeiro de 2013. A revisão das normas não impactou as demonstrações financeiras intermediárias da companhia.

Não existem outras normas e interpretações emitidas pelo CPC e ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo no resultado ou no patrimônio divulgado pela Companhia.

Companhia de Concessão Rodoviária Juiz de Fora - Rio - CON CER

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias--Continuação

30 de junho de 2013

(Em milhares de reais - R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

Julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras intermediárias da Companhia requer que a administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data-base das demonstrações financeiras intermediárias. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

Estimativas e premissas

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são discutidas a seguir.

Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos anos e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação.

Companhia de Concessão Rodoviária Juiz de Fora - Rio - CON CER

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias--Continuação

30 de junho de 2013

(Em milhares de reais - R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas intermediárias--Continuação

Estimativas e premissas--Continuação

Impostos

Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época de resultados tributáveis futuros. Dado o amplo aspecto de relacionamentos de negócios, bem como a natureza de longo prazo e a complexidade dos instrumentos contratuais existentes, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos já registrada. A Companhia constitui provisões, com base em estimativas cabíveis, para possíveis consequências de auditorias por parte das autoridades fiscais das respectivas jurisdições em que opera. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como experiência de auditorias fiscais anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da companhia.

Julgamento significativo da administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras.

Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Companhia reconhece provisão para causas tributárias, cíveis e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

Companhia de Concessão Rodoviária Juiz de Fora - Rio - CON CER

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias--Continuação

30 de junho de 2013

(Em milhares de reais - R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas intermediárias--Continuação

Estimativas e premissas--Continuação

Valor justo de instrumentos financeiros

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível, contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados como, por exemplo, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros.

Amortização de intangível

A Companhia efetua a amortização dos saldos do ativo intangível através do índice calculado pela curva de passantes. A estimativa está em conformidade com as práticas contábeis vigentes e é efetuado de acordo com o fluxo de carros estimados até o final da concessão e atualizado mensalmente com o fluxo real através das informações retiradas dos sistemas operacionais da Companhia.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	<u>30/06/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
Caixas e bancos	2.555	3.433
Aplicações financeiras	41	298
	<u>2.596</u>	<u>3.731</u>

As aplicações financeiras são compostas por Fundos de Investimentos (não exclusivos) de curto prazo, lastreados ao rendimento do CDI, resgatáveis a qualquer momento.

Companhia de Concessão Rodoviária Juiz de Fora - Rio - CON CER

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias--Continuação

30 de junho de 2013

(Em milhares de reais - R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

5. Contas a receber

	<u>30/06/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
Dbtrans	1.204	1.014
Visa	1.460	1.157
Auto expresso	1.462	1.579
Via fácil	8.321	6.969
Uso faixa domínio	8.853	8.773
Outros	96	96
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	<u>(1.752)</u>	<u>(1.752)</u>
	<u>19.644</u>	<u>17.836</u>

Segue abaixo a movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa:

Saldo em 31/12/2010 e 2011	(8.763)
Reversões (a)	<u>7.011</u>
Saldo em 31/12/2012 e 30/06/2013	<u>(1.752)</u>

- (a) A companhia possui contrato com a Telemar para uso remunerado da faixa de domínio, firmado em abril de 2001. Em outubro de 2008, a Telemar deixou de efetuar o pagamento dos valores devidos, alegando irregularidade na cobrança, desde então os valores tem sido discutidos entre as partes (nos âmbitos administrativo e judicial). As recentes decisões favoráveis à Companhia em primeira e segunda instância corroboram a legitimidade do contrato e dos valores cobrados. Com base nestas decisões recentes e negociações em curso, a administração da Companhia acredita ser provável o ingresso destes recursos na companhia num curto prazo e em virtude de tal motivo revisou sua estimativa da perda estimada sobre estes créditos, revertendo parte da provisão existente ao montante próximo ao valor cuja realização é considerada provável.

6. Intangível

	2012						Total
	Recuperação da rodovia	Operação da rodovia	Melhoramentos	Imobilizações próprias e benfeitoria em bens de terceiros	Outros	Adiantamento a fornecedores	
Custo do intangível							
Saldo do custo em 31/12/2011	218.918	23.213	850.052	9.709	416	1.961	1.104.269
Aquisições	42.043	203	18.149	4.087	350	1.377	66.209
Transferências	-	-	3.034	-	-	(3.034)	-
Baixas	-	(4)	-	(621)	-	-	(625)
Saldo do custo em 31/12/2012	260.961	23.412	871.235	13.175	766	304	1.169.853
Amortização acumulada							
Saldo da amortização em 31/12/2011	(118.993)	(22.669)	(314.958)	(1.991)	-	-	(458.611)
Amortização	(11.320)	(657)	(54.683)	(1.612)	-	-	(68.272)
Baixas	-	3	-	432	-	-	435
Saldo da amortização em 31/12/2012	<u>(130.313)</u>	<u>(23.323)</u>	<u>(369.641)</u>	<u>(3.171)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(526.448)</u>
Valor contábil líquido							
Saldo do intangível em 31/12/2012	130.648	89	501.594	10.004	766	304	643.405

Companhia de Concessão Rodoviária Juiz de Fora - Rio - CON CER

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias--Continuação

30 de junho de 2013

(Em milhares de reais - R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

6. Intangível--Continuação

	2013						Total
	Recuperação da rodovia	Operação da rodovia	Melhoramentos	Imobilizações próprias e benfeitoria em bens de terceiros	Outros	Adiantamento a fornecedores	
Custo do intangível							
Saldo do custo em 31/12/2012	260.961	23.412	871.235	13.175	766	304	1.169.853
Aquisições	20.404	715	19.169	1.978	1.349	13.754	57.369
Transferências	-	-	-	410	(410)	-	-
Baixas	-	-	-	(52)	-	-	(52)
Saldo do custo em 30/06/2013	281.365	24.127	890.404	15.511	1.705	14.058	1.227.170
Amortização acumulada							
Saldo da amortização em 31/12/2012	(130.313)	(23.323)	(369.641)	(3.171)	-	-	(526.448)
Amortização	(7.977)	(608)	(28.996)	(1.059)	-	-	(38.640)
Baixas	-	-	-	41	-	-	41
Saldo da amortização em 30/06/2013	(138.290)	(23.931)	(398.637)	(4.189)	-	-	(565.047)
Valor contábil líquido							
Saldo do intangível em 30/06/2013	143.075	196	491.767	11.322	1.705	14.058	662.123

A taxa de amortização é calculada com base no volume de tráfego anual em relação ao volume total de tráfego estimado no período da concessão. A taxa média em 2013 foi de 11,9% (10,2% em 2012).

De acordo com o CPC 01 (R1), "Redução ao Valor Recuperável de Ativos", os itens do ativo intangível, que apresentam sinais de que seus custos registrados são superiores aos seus valores de recuperação, são revisados para determinar a necessidade de provisão para redução do saldo contábil a seu valor de realização. A Administração efetuou análise do correspondente desempenho operacional e financeiro de seus ativos quando do encerramento do exercício de 2012, não identificando necessidade de reconhecimento de qualquer perda por conta de redução ao valor recuperável de ativos. Esta análise é efetuada anualmente e a Administração não observou indicadores externos ou internos de que exista perda do valor recuperável de seu ativo intangível.

Companhia de Concessão Rodoviária Juiz de Fora - Rio - CON CER

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias--Continuação

30 de junho de 2013

(Em milhares de reais - R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

7. Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos podem ser assim demonstrados:

	30/06/2013		31/12/2012	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Financiamento - imobilizado				
FINAME	10	-	69	-
BNDES - Subcrédito "a"	-	-	1.626	-
BNDES - Subcrédito "b"	-	-	9.103	-
BNDES - Subcrédito "c"	-	-	3.007	-
ITAU	101.735	-	-	-
FINEP	1.664	6.087	1.664	6.932
Banco Guanabara	7	-	119	-
	103.416	6.087	15.588	6.932
Financiamento - capital de giro				
Banco Santander	67.415	-	67.993	-
	67.415	-	67.993	-
	170.831	6.087	83.581	6.932

Contratos BNDES

- Os subcréditos "a", "b", "c" referem-se ao contrato firmado em 3 de setembro de 2004. Trata-se de financiamento para a duplicação de 37 KM da pista simples da Rodovia BR 040 no trecho entre Matias Barbosa (MG) e Juiz de Fora (MG) incluindo a duplicação de cinco pontes, dois retornos operacionais e a implantação de barreiras medianas tipo New Jersey. Os valores liberados eram amortizados em prestações mensais, com vencimentos iniciados dos subcréditos "a" e "b" em 15 de outubro de 2007 e terminando em 15 de outubro de 2014, e o subcrédito "c" com vencimento iniciado em 15 de janeiro de 2008 e a última em 15 de dezembro de 2014. A taxa de juros do subcrédito "a" é sujeita ao "spread" de 6,625% ao ano acima da taxa variável, relativa ao custo médio de captação de recursos em moeda estrangeira pelo BNDES. A taxa de juros dos subcréditos "b" e "c" é sujeita ao "spread" de 6,625% ao ano acima da variação da TJLP. A operação foi realizada tendo como garantia o aval dos acionistas.

Considerando o montante do endividamento, a companhia optou por efetuar o pagamento antecipado dos contratos, que ocorreu em abril de 2013. Em cumprimento à cláusula dos contratos nº 03.2.583.3.1 e 06.2.1125.1 a Companhia mantém saldo mínimo em conta vinculada. Em 30 de junho de 2013, o saldo desse depósito vinculado foi resgatado em virtude da liquidação antecipada.

Companhia de Concessão Rodoviária Juiz de Fora - Rio - CON CER

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias--Continuação

30 de junho de 2013

(Em milhares de reais - R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

7. Empréstimos e financiamentos--Continuação

Contrato Banco Itaú-Notas Promissórias

- Refere-se a contrato para captação de recursos no mercado de capital por meio de notas promissórias comerciais no valor de R\$100.000 (cem milhões de reais). Esta captação é destinada ao pagamento de despesas de capital, investimentos em bens de capital e refinanciamento de dívidas. A emissão ocorreu de acordo com a instrução 476 de 16 de janeiro de 2009 da CVM (Comissão de Valores Mobiliários). O Contrato tem como garantia fiança em nome da TPI Investimentos e Participações S.A. O prazo para liquidação é de 90 dias contados da data da emissão das notas promissórias. Em 15 de julho de 2013 a Companhia efetuou a liquidação integral das Notas Promissórias. Em 30 de junho de 2013 o saldo era de R\$101.735.

Contrato FINEP

- Trata-se de financiamento para custear as despesas incorridas na elaboração dos Estudos e Projetos da Nova Subida da Serra de Petrópolis da Rodovia BR-040, pactuado em 27 de agosto de 2009. Em 30 de junho de 2013 o saldo correspondente às parcelas liberadas montam a importância de R\$7.751. Os valores liberados são amortizados em prestações mensais, com vencimento iniciado em 15 de maio de 2011 e terminando em 15 de janeiro de 2018. A taxa de juros é de 8% ao ano - sujeito ao "spread" de 5% ao ano acima da variação da TJLP. A operação foi realizada inicialmente tendo como garantia carta de fiança bancária, no entanto, em 10 de dezembro de 2010, foi assinado termo aditivo ao contrato de financiamento, tendo por objetivo a exclusão das cartas de fiança e inclusão da Triunfo Participações e Investimentos como avalista da operação.

Contrato Banco Guanabara - CDC

- Trata-se de financiamento para aquisição de veículos. Em 30 de junho de 2013, o saldo monta a importância de R\$7. A taxa de juros é de 18% a.a. e amortização de 24 meses. Contrato de alienação fiduciária. A garantia são os veículos adquiridos.

Companhia de Concessão Rodoviária Juiz de Fora - Rio - CON CER

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias--Continuação

30 de junho de 2013

(Em milhares de reais - R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

7. Empréstimos e financiamentos--Continuação

Contratos ABN Real e Santander

- Conta Garantida: Em 30 de junho de 2013 o saldo utilizado dessa conta é de R\$67.415. O contrato foi pactuado em 3 de março de 2010 com prazo de renovação a cada trimestre. A taxa de juros é de 118% do CDI.

Segue abaixo a composição dos empréstimos e financiamentos de longo prazo por ano de vencimento:

	<u>30/06/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
2014	850	1.698
2015	1.699	1.698
2016	1.699	1.698
2017	1.699	1.697
2018	140	141
	<u>6.087</u>	<u>6.932</u>

8. Transações com partes relacionadas

Os saldos e transações com partes relacionadas são compostos como segue:

	<u>Passivos</u>		<u>Intangível</u>	
	<u>Fornecedores</u>		<u>Recuperação rodovias</u>	
	<u>30/06/2013</u>	<u>31/12/2012</u>	<u>30/06/2013</u>	<u>30/06/2012</u>
Consórcio NSS (*)	-	744	16.725	-
Rio Bonito (**)	1.525	-	-	-
Compasa (***)	3.040	872	4.093	3.378
Total	<u>4.565</u>	<u>1.616</u>	<u>20.818</u>	<u>3.378</u>
	<u>Custos/despesas</u>			
	<u>Conservação/manutenção</u>		<u>Arrecadação/operação</u>	
	<u>30/06/2013</u>	<u>30/06/2012</u>	<u>30/06/2013</u>	<u>30/06/2012</u>
Rio Bonito (**)	6.919	12.336	5.410	11.804
Total	<u>6.919</u>	<u>12.336</u>	<u>5.410</u>	<u>11.804</u>

(*) Consórcio Nova Subida da Serra.

(**) Rio Bonito Serviços de Apoio Rodoviário Ltda.

(***) Compasa Brasil Distrib. Derivados de Petróleo Ltda.

Companhia de Concessão Rodoviária Juiz de Fora - Rio - CON CER

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias--Continuação

30 de junho de 2013

(Em milhares de reais - R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

8. Transações com partes relacionadas--Continuação

A Concessionária contratou a empresa Rio Bonito Serviços de Apoio Rodoviário Ltda., para realizar a prestação de serviços especializados de operação da rodovia, serviços de manutenção, conservação e Serviços de Atendimento ao Usuário (SAU) os quais são realizados no trecho sob responsabilidade da Companhia.

O Consórcio Nova Subida da Serra foi contratado para a execução de obras de contenção, recuperação, implantação de acessos e retornos ao longo de toda extensão da rodovia.

A COMPASA foi contratada para realizar serviços de recuperação do pavimento flexível em toda extensão da Rodovia.

Valores contratuais:

a) Contratos de operação

No contrato de operação firmado entre a Companhia e Rio Bonito estão previstos a prestação de serviços especializados de atendimento médico pré-hospitalar, socorro mecânico (guincho e resgate), recolhimento de animais na pista, sistema de pesagem, sistema de rádios e transporte de pessoal. Tal contrato não possui valor global, dependendo de medições e quantidades mensais.

b) Contrato de recuperação, conservação e manutenção

No contrato de recuperação/conservação/manutenção firmado entre a Companhia e as empresas Rio Bonito e a Compasa estão previstos a realização de serviços em obras de artes correntes, canteiro central e faixa de domínio, elementos de proteção e segurança e pavimentos. Foram firmados preços unitários para cada tipo de serviço. O contrato com a Rio bonito não possui valor global, dependendo de medições e quantidades mensais. O valor do contrato com a Compasa é de R\$ 9.858.

Companhia de Concessão Rodoviária Juiz de Fora - Rio - CON CER

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias--Continuação

30 de junho de 2013

(Em milhares de reais - R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

9. Impostos, taxas e contribuições

9.1. Impostos a recolher

	<u>30/06/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
Impostos de renda	990	3.278
Contribuição social	357	1.366
Cofins	585	1.257
PIS	127	273
ISSQN	1.336	1.663
Imposto de renda retido na fonte	240	273
Outros	686	677
	<u>4.321</u>	<u>8.787</u>

9.2. Parcelamento débitos tributários

A companhia apresenta parcelamento dos seguintes tributos:

- IRPJ e CSLL, o qual é atualizado pela TJLP e tem prazo de amortização em 60 parcelas, contado a partir de março de 2010.
- PIS, o qual é atualizado pela TJLP e tem prazo de amortização em 130 parcelas, contado a partir de setembro de 2006.
- IPTU - Prefeitura Duque de Caxias - 20 (vinte) parcelas mensais, contadas a partir de agosto de 2012.
- ISS - Prefeitura Duque de Caxias - 20 (vinte) parcelas mensais, contadas a partir de dezembro de 2012.

	<u>30/06/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
Parcelamento PIS	825	937
Parcelamento IRPJ	3.058	3.870
Parcelamento CSLL	1.122	1.419
Parcelamento IPTU	126	210
Parcelamento ISS	772	1.225
	<u>5.903</u>	<u>7.661</u>
Passivo circulante	<u>(3.529)</u>	<u>(3.615)</u>
Passivo não circulante	<u>2.374</u>	<u>4.046</u>

Companhia de Concessão Rodoviária Juiz de Fora - Rio - CON CER

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias--Continuação

30 de junho de 2013

(Em milhares de reais - R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

10. Receitas diferidas

As Receitas diferidas correspondem às receitas decorrentes do contrato de permissão de uso de faixa de domínio da rodovia.

Pela utilização da infraestrutura ao longo da rodovia a Embratel pagará à Companhia uma remuneração total de R\$20.709, dos quais R\$7.699 foram antecipados em 11 de outubro de 2007. O saldo do contrato será recebido em 13 parcelas anuais de R\$970 acrescidos de R\$404 referentes ao último período, corrigidas anualmente pelo IGP-M. O contrato teve seu início em outubro de 2007.

A Cervejaria Petrópolis S.A. pagará anualmente à Companhia para implantação de rede de afluentes o valor de R\$26 e para implantação de adutora o valor de R\$156. Os contratos tiveram seu início em fevereiro de 2008 e maio de 2011 e são corrigidos anualmente pelo IGP-M.

Pela utilização da infraestrutura ao longo da rodovia a Eletronet pagou à Companhia uma remuneração total de R\$7.942. O contrato teve seu início em agosto de 2011.

Pela utilização da infraestrutura ao longo da rodovia a CEMIG pagará anualmente à Companhia o valor de R\$1. O contrato teve seu início em outubro de 2011 e é corrigido anualmente pelo IGP-M.

Pela utilização da infraestrutura ao longo da rodovia a TELEBRÁS pagará anualmente à Companhia o valor de R\$284. O contrato teve seu início em setembro de 2012 e é corrigido anualmente pelo IPCA.

A receita recebida antecipadamente, juntamente com os encargos incidentes, está sendo apropriada ao resultado de forma proporcional ao período de vigência dos contratos, o qual está previsto até o término do prazo de concessão.

Companhia de Concessão Rodoviária Juiz de Fora - Rio - CON CER

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias--Continuação

30 de junho de 2013

(Em milhares de reais - R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

10. Receitas diferidas--Continuação

Em 30 de junho de 2013 e 31 de dezembro de 2012, o saldo líquido das receitas a diferir estavam distribuídos da seguinte forma:

	<u>30/06/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
CEMIG	1	1
ELETRONET	5.334	5.767
EMBRATEL	4.073	4.899
CERVEJARIA PETRÓPOLIS	60	46
PETROBRAS	1	-
TELEBRÁS	41	162
	<u>9.510</u>	<u>10.875</u>
Passivo circulante	<u>(1.749)</u>	<u>(2.435)</u>
Passivo não circulante	<u>7.761</u>	<u>8.440</u>

11. Provisão para manutenção

A Companhia constitui provisão para grandes manutenções, quando aplicável, conforme determinado pelo ICPC 01 (R1) e com base no CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes. Tal provisão tem o objetivo de mensurar adequadamente o passivo com a melhor estimativa do gasto necessário para liquidar a obrigação presente na data do balanço.

O saldo da provisão em 30 de junho de 2013 é de R\$598 (R\$598 em 31 de dezembro de 2012).

12. Patrimônio líquido

a) Capital social

O capital social subscrito e integralizado está representado por ações sem valor nominal. Cada ação ordinária dará direito a um voto nas deliberações em Assembleia Geral. As ações preferenciais não têm direito a voto, mas gozam de prioridade na distribuição de dividendos e no reembolso do capital social, em caso de dissolução da Companhia, salvo no caso de extinção ao término do prazo de concessão, quando a distribuição de dividendos e o reembolso do capital serão procedidos de acordo com o total das participações acionárias. O capital autorizado é de R\$100.000.

Companhia de Concessão Rodoviária Juiz de Fora - Rio - CON CER

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias--Continuação

30 de junho de 2013

(Em milhares de reais - R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

12. Patrimônio líquido--Continuação

a) Capital social--Continuação

Em 30 de junho de 2013 e 31 de dezembro 2012, o capital social é de R\$96.163 e está composto por 2.396.700 ações ordinárias e 4.793.400 ações preferenciais, totalizando 7.190.100 ações.

O capital social em 30 de junho de 2013 e 31 de dezembro 2012 está composto conforme demonstrativo:

	Ações		Total	%
	Ordinárias	Preferenciais		
Triunfo Participações e Investimentos S.A.	1.497.937	2.995.871	4.493.808	62,5
Construção CCPS Engenharia e Com. S.A.	431.406	862.810	1.294.216	18,0
CMSA Participações S.A.	251.654	503.305	754.959	10,5
CCI Concessões S.A.	215.703	431.404	647.107	9,0
Pessoas físicas	-	10	10	-
	2.396.700	4.793.400	7.190.100	100

b) Ajuste de avaliação patrimonial

Refere-se a reserva de reavaliação constituída em anos anteriores com base em laudo emitido por peritos independentes. O seu saldo é apresentado líquido dos efeitos tributários.

Com a aplicação do ICPC01 (R1) o saldo residual de imobilizado, incluindo os valores de reavaliação, foram considerados como o valor justo do ativo intangível relacionados à concessão na data de transição, 1º de janeiro de 2009 e, a reserva de reavaliação, transferida para a conta de "ajuste de avaliação patrimonial".

c) Reserva de lucros retidos

Foi constituída reserva de lucros com base no resultado do exercício, ajustado pela realização da reserva de reavaliação, não distribuído no exercício.

d) Reserva estatutária

De acordo com o estatuto social, deverá ser constituída uma reserva específica para restituição de capital aos acionistas nos casos de extinção da concessão, através da aplicação do percentual de 0,5% sobre os lucros líquidos anuais da Companhia, até atingir o limite máximo de 10% do capital social.

Companhia de Concessão Rodoviária Juiz de Fora - Rio - CON CER

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias--Continuação

30 de junho de 2013

(Em milhares de reais - R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

12. Patrimônio Líquido--Continuação

e) Reserva legal

A reserva legal é constituída mediante a apropriação de 5% do lucro líquido do exercício até o limite de 20% do capital, de acordo com o artigo 193 da Lei nº 6.404/76.

f) Lucro por ação

O cálculo básico do lucro por ação é feito através da divisão do lucro líquido do período, pela quantidade de ações ordinárias e preferenciais disponíveis durante o período.

Para os períodos findos em 30 de junho de 2013 e 2012, não há diferença entre o cálculo de lucro por ação básico e diluído, uma vez que não há instrumentos diluidores.

13. Dividendos

Em 25 de março de 2013, os acionistas aprovaram, através de Assembléia Geral Extraordinária, a distribuição de dividendos à conta de reserva de lucros no montante de R\$89.686. Até 30 de junho de 2013, a Companhia efetuou o pagamento de R\$70.000 aos acionistas.

De acordo com o estatuto, não há diferença entre as ações ordinárias e preferenciais no cálculo dos dividendos.

A movimentação de dividendos a pagar no período foi como segue:

Saldo de dividendos a pagar em 31/12/2012	316
Dividendos deliberados em 25/03/2013	89.686
Pagamentos efetuados até 30/06/2013	<u>(70.000)</u>
Saldo a pagar em 30/06/2013	<u>20.002</u>

Companhia de Concessão Rodoviária Juiz de Fora - Rio - CON CER

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias--Continuação

30 de junho de 2013

(Em milhares de reais - R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

13. Dividendos--Continuação

Em 30 de junho de 2013 e 31 de dezembro de 2012, os dividendos a pagar estavam distribuídos da seguinte forma:

	30/06/2013	31/12/2012
Acionista		
Triunfo Participações e Investimentos S.A.	12.502	198
Construcap CCPS Engenharia e Comércio S.A.	3.600	57
CMSA Participações S.A.	2.100	33
CCI Concessões S.A.	1.800	28
	20.002	316

14. Imposto de renda e contribuição social

a) Imposto de renda e contribuição social diferidos

Em 30 de junho de 2013 e 31 de dezembro de 2012 a Companhia tem reconhecido imposto de renda e contribuição social diferidos ativos, apresentando a seguinte natureza:

	30/06/2013			31/12/2012
	IRPJ	CSLL	Total	Total
Ativo				
IR e CS diferidos s/prov. custo manut.	149	54	203	203
IR e CS diferidos s/prov. contingências	37	13	50	56
Total ativo	186	67	253	259
Passivo				
Sobre reserva de reavaliação	(68.163)	(24.539)	(92.702)	(98.699)
Sobre leasing	(224)	(80)	(304)	(280)
Sobre amortização intangível ¹	(8.133)	(2.928)	(11.061)	(10.534)
Total passivo	(76.520)	(27.547)	(104.067)	(109.513)
Imposto de renda e contribuição social diferidos passivo líquido	(76.334)	(27.480)	(103.814)	(109.254)

¹ Refere-se à diferença de amortização gerada pela aplicação de taxas de amortização do ativo intangível ICPC01 (R1) e as taxas utilizadas para fins fiscais.

Companhia de Concessão Rodoviária Juiz de Fora - Rio - CON CER

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias--Continuação

30 de junho de 2013

(Em milhares de reais - R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

14. Imposto de renda e contribuição social--Continuação

b) Imposto de renda e contribuição social no resultado

A conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social calculados pela aplicação das alíquotas vigentes e os valores refletidos no resultado dos períodos encerrados em 30 de junho de 2013 e 2012 estão demonstrados a seguir:

	<u>30/06/2013</u>	<u>30/06/2012</u>
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	21.823	17.990
Alíquota nominal (IRPJ de 25% e CSLL de 9%)	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas nominais	(7.420)	(6.116)
(Adições) permanentes	(5)	(20)
Parcela isenta do adicional de imposto de renda	6	6
Imposto de renda e contribuição social reconciliado	(7.419)	(6.130)
IRPJ e CSLL correntes	(12.869)	(11.295)
IRPJ e CSLL diferidos	5.440	5.119
Imposto de renda e contribuição social no resultado	(7.429)	(6.176)
Alíquota efetiva	34%	34%

A alíquota nominal dos impostos é de 34,0% sobre o lucro, ajustado conforme a legislação vigente no Brasil para o regime do Lucro Real.

15. Remuneração dos administradores

A proposta de remuneração global dos Administradores da Companhia para o exercício corrente será apresentada e aprovada pelos acionistas na Assembléia Geral Ordinária a ser realizada no mês de abril de 2013. O Conselho de Administração é composto por cinco membros.

O montante dessas remunerações inclui a remuneração fixa e variável, sendo a variável condicionada ao atendimento das metas previamente estabelecidas. A Companhia não possui um plano de opções de ações.

Até 30 de junho de 2013 foram reconhecidos no resultado do período o montante de R\$1.681 (R\$1.364 em 30 de junho de 2012).

Companhia de Concessão Rodoviária Juiz de Fora - Rio - CON CER

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias--Continuação

30 de junho de 2013

(Em milhares de reais - R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

16. Cobertura de seguros

A Companhia mantém seguro-garantia, seguro contra danos materiais, perda de receita e responsabilidade civil, dentre outros, conforme demonstrado a seguir:

<u>Marcos contratuais</u>	<u>Valor da importância segurada</u>	<u>Prazo de vigência</u>
Risco patrimonial - veículo	100% da tabela FIPE (i)	Set/12 a Set/13
Riscos patrimoniais, de engenharia e faturamento	96.844	Dez/12 a Dez/13
Responsabilidade civil	13.207	Dez/12 a Dez/13
Garantia de execução da concessão	13.331	Abr/12 a Abr/13

(i) Preço médio de reposição, calculado pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas - FIPE.

17. Provisão para obrigações legais vinculadas a processos judiciais

A Companhia está envolvida em determinadas questões trabalhistas e cíveis, tanto na esfera administrativa como na esfera judicial. A Administração, com base na opinião de seus assessores jurídicos, considera que as provisões para contingências são suficientes para cobrir perdas prováveis, conforme demonstradas abaixo:

	<u>31/12/2012</u>	<u>Adições</u>	<u>Baixas</u>	<u>30/06/2013</u>
Processos trabalhistas	87	-	-	87
Processos cíveis	75	-	(15)	60
Provisão para contingências	162	-	(15)	147

Em 30 de junho de 2013, os processos com probabilidade de perda considerados como possíveis pela assessoria jurídica somam o montante de R\$18.094 e referem-se basicamente a indenizações de sinistros na rodovia e verbas rescisórias.

18. Receita

A receita líquida de serviços apresenta a seguinte composição:

	<u>30/06/2013</u>	<u>30/06/2012</u>
Receita de pedágio	117.340	114.958
Receitas acessórias	2.329	2.213
Receita de construção	42.264	23.102
Imposto sobre serviços	(10.482)	(10.259)
	<u>151.451</u>	<u>130.014</u>

Companhia de Concessão Rodoviária Juiz de Fora - Rio - CON CER

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias--Continuação

30 de junho de 2013

(Em milhares de reais - R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

19. Custo dos serviços prestados

O custo dos serviços prestados apresenta a seguinte composição:

	<u>30/06/2013</u>	<u>30/06/2012</u>
Manutenção, operação e conservação	(13.855)	(12.968)
Operação	(19.129)	(17.543)
Monitoramento	(2)	(5)
Projetos especiais	(37)	(46)
Custo construção	(42.264)	(23.102)
Pessoal	(5.853)	(4.670)
Amortização	(36.880)	(32.186)
	<u>(118.020)</u>	<u>(90.520)</u>

20. Resultado financeiro

O resultado financeiro líquido, em 30 de junho de 2013 e 2012, está assim composto:

	<u>30/06/2013</u>	<u>30/06/2012</u>
Receitas financeiras		
Rendimentos sobre aplicações financeiras	76	28
Descontos obtidos	1	3
Juros ativos	13	1
Variações monetárias	76	205
	<u>166</u>	<u>237</u>
Despesas financeiras		
Juros sobre financiamentos	(5.290)	(3.398)
Juros diversos	(1.408)	(102)
Variações monetárias	(165)	(881)
Multa financeira	(3)	(3.404)
Outros	(2088)	(624)
	<u>(8.954)</u>	<u>(8.409)</u>
	<u>(8.788)</u>	<u>(8.172)</u>

Companhia de Concessão Rodoviária Juiz de Fora - Rio - CON CER

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias--Continuação

30 de junho de 2013

(Em milhares de reais - R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

21. Compromissos

De acordo com o programa nacional de concessão de rodovias, a Concer assumiu a rodovia com a previsão de realizar investimentos significativos nos primeiros 12 anos da concessão.

O Programa de Exploração da Rodovia - PER, prevê novos investimentos conforme demonstrativo abaixo:

Ano	Valor
2013	158.685
2014 a 2021	74.437
	<u>233.122</u>

Os valores apresentados foram atualizados de acordo com o índice de atualização da tarifa constante da revisão 19 do PER, aprovada em agosto de 2012. Tal índice foi de 3,49650.

22. Objetivo e políticas para gestão de risco financeiro

a) Análise dos instrumentos financeiros

A Companhia efetuou avaliação de seus ativos e passivos financeiros em relação aos valores de mercado, por meio de informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas. Entretanto, a interpretação dos dados de mercado e a seleção de métodos de avaliação requerem considerável julgamento e estimativas para se calcular o valor de realização mais adequado. Como consequência, as estimativas apresentadas não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado corrente. O uso de diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias pode ter um efeito relevante nos valores de realização estimados.

Os instrumentos financeiros da Companhia são apresentados de acordo com os Pronunciamentos Técnicos CPC 38 - Instrumentos financeiros (Reconhecimento e mensuração), CPC 39 - Instrumentos financeiros (Apresentação) e CPC 40 (R1) - Instrumentos financeiros (Evidenciação).

Companhia de Concessão Rodoviária Juiz de Fora - Rio - CON CER

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias--Continuação

30 de junho de 2013

(Em milhares de reais - R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

22. Objetivo e políticas para gestão de risco financeiro--Continuação

a) Análise dos instrumentos financeiros--Continuação

O valor justo dos ativos e passivos financeiros é incluído no valor pelo qual o instrumento poderia ser trocado em uma transação corrente entre partes dispostas a negociar, e não em uma venda ou liquidação forçada. Os seguintes métodos e premissas foram utilizados para estimar o valor justo:

- i. Caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, contas a pagar a fornecedores e outras obrigações de curto prazo se aproximam de seu respectivo valor contábil em grande parte devido ao vencimento no curto prazo desses instrumentos.
- ii. Empréstimos e financiamentos - são classificados como mensurados pelo custo amortizado e estão contabilizados pelos seus valores contratuais, acrescidos dos juros auferidos até a data do balanço. Os valores de mercado destes empréstimos e financiamentos são equivalentes aos seus valores contábeis.

b) Análise de sensibilidade dos ativos e passivos financeiros

A Deliberação CVM nº 550, de 17 de outubro de 2008 dispõe que as companhias abertas devem divulgar, em nota explicativa específica, informações qualitativas e quantitativas sobre todos os seus instrumentos financeiros, reconhecidos ou não como ativos ou passivos em seu balanço patrimonial. A Concer apresenta essa informação para fins de consolidação da sua Acionista - TPI - Triunfo Participações e Investimentos S.A., a qual é companhia aberta.

Os instrumentos financeiros da Companhia são representados por caixa e equivalentes de caixa, contas a receber, a pagar, empréstimos e financiamentos, e estão registrados pelo valor de custo, acrescidos de rendimentos ou encargos incorridos, os quais em 30 de junho de 2013 e 31 de dezembro de 2012 se aproximam dos valores de mercado.

Com a finalidade de verificar a sensibilidade do indexador nas dívidas ao qual a Companhia está exposta na data-base de 30 de junho de 2013, foram definidos três cenários diferentes. Com base nos valores da TJLP e CDI vigentes em 30 de junho de 2013 foram definidos os cenários prováveis para o ano de 2013 e a partir deste calculadas variações positivas de 25% e 50%.

Companhia de Concessão Rodoviária Juiz de Fora - Rio - CON CER

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias--Continuação

30 de junho de 2013

(Em milhares de reais - R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

22. Objetivo e políticas para gestão de risco financeiro--Continuação

b) Análise de sensibilidade dos ativos e passivos financeiros--Continuação

Para cada cenário foi calculada a despesa financeira bruta não levando em consideração incidência de tributos e o fluxo de vencimentos de cada contrato programado para 2013. A data-base utilizada para os financiamentos foi 30 de junho de 2013 projetando os índices para um ano e verificando a sensibilidade dos mesmos em cada cenário.

<u>Operação</u>	<u>Risco</u>	<u>Cenário provável I</u>	<u>Cenário II</u>	<u>Cenário III</u>
CCB - Santander	CDI	5.204	6.506	7.807
FINEP	TJLP	388	484	581
FINAME	TJLP	1	1	1
ITAU - Promissórias	CDI	7.854	9.817	11.781
		13.447	16.808	20.170
Taxa/índice sujeitos às variações	CDI	7,72%	9,65%	11,58%
Taxa/índice sujeitos às variações	TJLP	5,00%	6,25%	7,50%

* Indexado a um custo médio de captação em moeda estrangeira.

Para fins de aplicação financeira, não efetuamos a análise de sensibilidade visto que o risco de variação de cenário é irrelevante.

c) Risco de liquidez

O risco de liquidez consiste na eventualidade da Companhia não dispor de recursos suficientes para cumprir com seus compromissos em função das diferentes moedas e prazos de liquidação de seus direitos e obrigações.

O controle da liquidez e do fluxo de caixa da Companhia é monitorado diariamente pelas áreas de Gestão da Companhia, de modo a garantir que a geração operacional de caixa e a captação prévia de recursos, quando necessária, sejam suficientes para a manutenção do seu cronograma de compromissos, não gerando riscos de liquidez para a Companhia.

Companhia de Concessão Rodoviária Juiz de Fora - Rio - CON CER

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias--Continuação

30 de junho de 2013

(Em milhares de reais - R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

22. Objetivo e políticas para gestão de risco financeiro--Continuação

d) Risco de crédito

O risco de crédito é o risco de a contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou contrato com cliente, o que levaria ao prejuízo financeiro. A Companhia está exposta ao risco de crédito em suas atividades operacionais (principalmente com relação a contas a receber), e de financiamentos, incluindo depósitos em bancos e aplicações financeiras em instituições financeiras.

O faturamento da Companhia é proveniente de cobrança de tarifas de pedágio, com recebimento à vista, pagamentos antecipados e a receber em no máximo 30 dias, provenientes de cobrança automática.

O risco de crédito de saldos com contas correntes e aplicações financeiras é administrado pela Tesouraria da Companhia.

e) Risco de mercado

O desenvolvimento do preço do petróleo pode ser citado como um fator externo que seria capaz de prejudicar o desempenho da Companhia. A atividade da Companhia goza de um risco estrutural intrínseco ao negócio, passível de influências da economia brasileira.

A exploração da rodovia pelo setor privado encontra-se a princípio garantido pela presente visão do governo federal, no que toca ao papel do setor privado em setores outrora de exclusividade estatal.

Desconhecemos quaisquer eventos de iniciativa do Governo Federal que possam afetar a continuidade da exploração da rodovia ou mesmo o equilíbrio econômico-financeiro da Companhia. Em relação a um possível ato político que implique no rompimento da relação contratual, consideramos de probabilidade remota.

Companhia de Concessão Rodoviária Juiz de Fora - Rio - CON CER

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias--Continuação

30 de junho de 2013

(Em milhares de reais - R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

22. Objetivo e políticas para gestão de risco financeiro--Continuação

e) Risco de mercado--Continuação

i) *Risco de taxas de juros e inflação*

Esse risco advém da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros que aumentem as suas despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos, ou reduzir o ganho com suas aplicações financeiras. A Companhia monitora continuamente a volatilidade das taxas de mercado.

ii) *Risco de taxa de câmbio*

Esse risco decorre da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por causa de flutuações nas taxas de câmbio, que aumentem valores captados no mercado. O subcrédito "a" do financiamento concedido pelo BNDES (Nota 7) é indexado pela taxa variável relativa ao custo médio de captação de recursos em moeda estrangeira pelo mesmo. A Companhia não possui instrumentos de "hedge" que a proteja em caso de eventual aumento significativo da taxa de câmbio do dólar norte-americano nem de qualquer outra moeda estrangeira.

f) Risco de preço e valor de mercado

A presente estrutura tarifária cobrada nas 3 (três) praças de pedágio é regulada pelo poder concedente (ANTT - Agência Nacional de Transportes Terrestres) que permite manter o equilíbrio econômico - financeiro do contrato.

g) Risco regulatório

Desconsideramos quaisquer eventos de iniciativa do governo federal que possam afetar a continuidade da exploração da rodovia ou mesmo o equilíbrio econômico - financeiro da Companhia. Em relação a um possível ato político que implique no rompimento da relação contratual, consideramos de probabilidade remota.

A Companhia, segundo pesquisas de opinião, goza de aceitação e satisfação perante o público em geral e não se encontra em processo de medida judicial que possa vir a prejudicar suas atividades.

Companhia de Concessão Rodoviária Juiz de Fora - Rio - CON CER

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias--Continuação

30 de junho de 2013

(Em milhares de reais - R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

22. Objetivo e políticas para gestão de risco financeiro--Continuação

g) Risco regulatório--Continuação

Quanto a eventos provocados pela natureza, entendemos que o trajeto da rodovia, em sua maioria plano e distante de acidentes geográficos potencialmente prejudiciais, não apresenta grandes riscos ao andamento dos trabalhos de reforma e ampliação. Importa ressaltar, por outro lado, que a Companhia encontra-se coberta com apólice de seguros para todos os efeitos.

A geração de caixa futura da Companhia demonstra ser compatível com a necessidade de investimentos previstos no Programa de Exploração da Rodovia - PER. Consideramos que a companhia tem a efetiva capacidade de honrar seus compromissos de investimentos.

h) Operações com derivativos

A Companhia não mantém qualquer tipo de Instrumentos Financeiros Derivativos.

i) Gestão de capital

A companhia controla sua estrutura de capital fazendo ajustes e adequando às condições econômicas atuais. Para manter ajustada esta estrutura, a Companhia pode efetuar pagamentos de dividendos, captação de novos empréstimos, emissão de notas promissórias.

A Companhia inclui dentro da estrutura de dívida líquida: empréstimos e financiamentos menos caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras vinculadas.

	<u>30/6/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
Empréstimos e financiamentos (Nota 7)	176.918	90.513
(-) Caixa e equivalente de caixa (Nota 4)	(2.596)	(3.731)
Dívida líquida	174.322	86.782
Patrimônio líquido	352.794	428.086
Total do capital	527.116	514.868
Índice de alavancagem financeira - %	33,07	16,86

Companhia de Concessão Rodoviária Juiz de Fora - Rio - CON CER

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias--Continuação

30 de junho de 2013

(Em milhares de reais - R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

23. Outras receitas operacionais, líquidas

Contrato Siemens

Em maio de 1996 a Companhia pactuou contrato com a empresa Siemens Ltda. com o objetivo de fornecimento, instalação e colocação em funcionamento, por parte da contratada, dos sistemas de controle rodoviário. Tal contrato previa o pagamento de 33 (trinta e três) parcelas, das quais a Companhia pagou 19 (dezenove).

Em 21 de janeiro de 2000, por carta endereçada à Siemens, a Companhia rescindiu o contrato, por descumprimento dos prazos e cronogramas acordados, além de negligência no cumprimento das obrigações contratuais por parte da Siemens. Inconformada com a rescisão contratual, a Siemens impetrou ação de cobrança, onde pretendia receber a totalidade das parcelas vincendas.

A ação de cobrança foi julgada improcedente em todas as instâncias da justiça estadual fluminense e levada pela Siemens, através de recurso especial, ao Superior Tribunal de Justiça. Em 11 de março de 2010, tal recurso foi julgado improcedente e a questão judicial, com relação à cobrança das parcelas vincendas, foi finalizada definitivamente e procedida a baixa dos valores contabilizados no passivo e no ativo imobilizado da Companhia.

Oportunamente, a Companhia propôs ação de ressarcimento por danos materiais causados pela rescisão do contrato. Desta nova ação, vários recursos foram interpostos pela Siemens e tramitavam na justiça. Em 27 de fevereiro de 2013, com fundamento no código civil, mediante concessões recíprocas, foi celebrado acordo tendo como objetivo o encerramento de todas as ações judiciais existentes e quaisquer discussões relacionadas ao citado contrato, restando a Siemens o pagamento de indenização no montante de R\$13.000, os quais foram recebidos em abril de 2013.

Companhia de Concessão Rodoviária Juiz de Fora - Rio - CON CER

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias--Continuação

30 de junho de 2013

(Em milhares de reais - R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

24. Eventos subsequentes

- a) Em 12 de julho de 2013 a Companhia efetivou a captação de R\$200 milhões através da emissão de debêntures não conversíveis em ações junto ao banco Itaú e Santander. As debêntures emitidas são de série única, com remuneração anual, cujo prazo de vencimento é de 5 anos. As mesmas serão remuneradas pela variação acumulada de 100% do IPCA, capitalizadas com sobretaxa de 5,90% expressas em na forma percentual ano, base de 252 dias úteis. Os recursos são destinados a refinanciamento de dívida, CAPEX e distribuição de dividendos e terá como garantidor a TPI Triunfo Participações e Investimentos S.A. e da Rio Bonito Serviços de Apoio Rodoviário Ltda.
- b) A Companhia em 15 de julho de 2013 efetuou a quitação das notas promissórias captadas em abril de 2013, com os recursos oriundos das Debêntures emitidas como parte do processo de refinanciamento de dívida.